



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ATA N.º 19

3.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre, com a presença dos seguintes membros: Manuela Pedroso (em substituição de Constantina Henriques, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), António Adriano Pires Ventura, Jorge Manuel Martins Isidro Domingues, Hugo Chichorro e Silva Capote, Rui Tiago Gonçalves (em substituição de João Nuno Cativo Cardoso, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís David de Moreira Testa, Sara Cidrais Cid, José Miguel Moreira Serafim, Maria da Conceição Barradas Grilo, Amândio José Valente e Valente, Branca José Janeiro Santana, Luís Manuel Neves Pires Barata, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Cristóvão da Conceição Ventura Crespo, Maria da Conceição Ceia Miranda, Ana Maria Soares Lopes, Rui Guerreiro Marques Simplício, Manuel Luís Canhoto (em substituição de Ana Carneiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Páscoa Alentejano, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Manuel Marques (em substituição de Vera Alexandra Caixeiro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Luís Miguel Candeias Ricardo, Manuel Joaquim Lácio Carvalho, João Hermínio Henriques Janeiro, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Artur Jorge Coelho Correia. -----

Maria da Conceição Miranda em substituição da Presidente da Assembleia Municipal, Constantina Henriques, deu por aberta a sessão eram 21:20 horas e convidou para segunda secretária da mesa - Ana Lopes. -----

Artur Correia, na qualidade de primeiro secretário nesta sessão, procedeu à chamada. -----

ORDEM DO DIA:

1 - Ata n.º. 18, relativa à reunião ordinária realizada em 27 de novembro de 2015;

Presente a Ata n.º. 18, relativa à reunião ordinária realizada em 27 de novembro de 2015.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por maioria, com 1 abstenção (Amândio Valente) e 26 votos a favor, em 27 presenças, aprovar a Ata n.º 18.-----

-

2 - Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para 2016 - com anexo do relatório PAM;

- Deliberação de 23.12.15 -

Presentes as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de pessoal da Câmara Municipal para 2016, aprovadas por maioria, pela Câmara Municipal, com os votos contra dos Vereadores Pinto Leite, Miguel Monteiro e Luís Pargana, a Assembleia pronunciou-se nos termos que se seguem:

Dada a palavra à Presidente da Câmara, a mesma salientou que o que aqueles instrumentos tinham sido apresentados num pressuposto de ida ao Fundo de Apoio Municipal (FAM), mas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

com o IMI a 0.4%. Disse que havia sido feito um exercício prévio, na tentativa de perceber se havia possibilidade de reequilibrar aquele orçamento sem recorrer ao FAM e que tal até seria possível. Contudo, relativamente às Grandes Opções do Plano ficariam com um desequilíbrio na ordem dos dois milhões de euros, o que poria em causa o próprio funcionamento da Câmara Municipal de Portalegre e alguns dos seus compromissos assumidos anteriormente. Mais referiu que, depois de terem sido ouvidos os vereadores, líderes de bancada e diferentes partidos, tentaram conciliar de algum modo aquilo que cada um gostaria de ver plasmado nas grandes opções do plano, as quais também iam de encontro às preocupações da maioria. Dentro das possibilidades e do reajustamento das GOP, disse terem ali um orçamento no valor de 17.582.967,00€, o qual era menor que o do ano anterior. Lembrou que em relação às Juntas de Freguesia, embora a Câmara não tivesse conseguido pagar, em 2015, a totalidade do que estava no contrato programa para as Juntas de Freguesia foi pago 50%. No entanto passou como dívida para 2016, o remanescente e mais o que estava estabelecido no contrato programa (122.000€), o que pretendia honrar em 2016. Acrescentou que também houve a preocupação de colocar verba a nível da reabilitação, das associações desportivas e culturais, dos bombeiros e ainda do orçamento participativo, processo que poderia ser reforçado, caso fosse necessário. Lembrou que o IMI já tinha sido deliberado (0.4%) e o orçamento apresentado ali era posterior à deliberação. No entanto, havia um pressuposto da adesão ao FAM que não se podia ignorar e que era de que o IMI poderia vir a aumentar (0.5%). Contudo, tinha esperança de que a Associação Nacional de Municípios, que se tem batido por esta questão, conseguisse passar o teto máximo do IMI para 0.4%, em 2016. Também o Secretário de Estado da Administração Local tinha o propósito de fazer uma proposta no sentido de que, em sede de orçamento, o IMI tivesse como tecto 0,4%. Contudo, não havia ali certezas absolutas. Mais disse que a ida ao FAM pressupõe a negociação de alguma dívida e compromissos assumidos anteriormente, inclusive a nível do saneamento financeiro, que lhes permitia não ir para além do que já estava estipulado, negociando diretamente com o FAM, caso fosse aceite aquele orçamento. Por último, referiu que também apresentavam ali alguns planos de pagamento com o pressuposto de não ida ao FAM.-----

Cristóvão Crespo perguntou à Presidente da Câmara se os valores do quadro síntese (pág. 7 e 8) das GOP somavam 17.544.000€. Pelas suas contas, os números não estavam corretos e deveriam totalizar 26.000.000€.-----

A Presidente da Câmara informou que aquele era o valor do orçamento que já tinha referido. Eventualmente, poderia haver algum lapso do somatório da coluna em causa. Após verificação da tabela, disse que, efetivamente o valor não tinha sido corretamente colocado pelos serviços financeiros pois contabilizaram os totais juntamente com os subtotais. Posto aquilo, solicitou que passassem somente as grandes opções do plano, que estavam discriminadas e corretas.---

Novamente no uso da palavra, Cristóvão Crespo realçou que havia várias parcelas erradas e realçou o facto de a diferença ser 9 milhões. Perante tal, perguntou à Presidente da Câmara se aconselhava todos os membros da Assembleia a fazerem as contas todas. De facto, aquela era a informação mais importante, era a súmula, onde ia o descritivo e o mapa resumo e era determinante em termos do documento que lhe foi entregue.-----

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara como tinha corrido a reunião com o Secretário de Estado da Administração Local e se poderia explicar-lhe melhor a possibilidade da ida ao FAM, com o IMI a 0.4% e se o executivo em permanência continuava a ter intenção de recorrer ao FAM, subindo para 0.5% o IMI, em 2016.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Câmara informou que aquele orçamento era feito com base no Fundo de Apoio Municipal, mas com o IMI de 0.4%, porque já assim tinha sido deliberado por aquela Assembleia. No entanto, o FAM poderia obrigar a aumentar para 0.5%, uma vez que o pressuposto de adesão ao Fundo assim determinava. A sua ida ao Secretário de Estado foi no sentido de perceber se iria haver outro mecanismo porque, no contexto atual, o único mecanismo existente para reestruturação da dívida da Câmara, financeira e não financeira, era o FAM. Lembrou que estavam limitados pela lei e não poderiam negociar diretamente com os bancos a reestruturação da dívida. O Tribunal de Contas não permitia. Salientou o facto de a Associação Nacional de Municípios, no seu último congresso ter debatido a questão do financiamento das autarquias locais, o aumento do IMI e a obrigação de passagem para 0.5%, a quem recorria ao FAM. Naquele sentido, foi decidido, unanimemente, que o IMI deveria ter um tecto máximo de 0.4%. Contudo, o Secretário de Estado disse não se poder comprometer com nada de concreto, dizendo ser sensível à questão e que poderia haver alguma solução durante o ano 2016. Por último, lembrou que havia variadíssimas Câmaras com problemas e que 75% dos impostos que os portugueses pagavam eram para o Estado e não para as autarquias. Era preciso equacionar o funcionamento das Câmaras e o seu financiamento. Lembrou que o saneamento financeiro da Câmara de Portalegre, a dez anos, estava a ser cumprido, conforme estipulado na lei e mesmo que quisessem estender o período de maturidade da dívida, a lei não permitia.-----

Luís Testa relembrou que o Município de Portalegre teve de enviar à Direção de Finanças, dentro do prazo, as tabelas de taxas e impostos que aplicaria para o exercício de 2016. Contudo, em dado momento, fizeram querer parecer que a candidatura do Município de Portalegre ao FAM teria que ser cumulativa com a apresentação de um orçamento. Tal situação nunca se tinha colocado, naqueles termos, com mais nenhum município e era absolutamente inusitado. O que o Município de Portalegre deveria fazer era aprovar o seu orçamento regular e depois, em cima do mesmo, preparar a candidatura ao FAM. Como sucedia noutros municípios, depois de estarem aprovadas as tabelas de taxas e impostos e sendo a candidatura ao FAM posterior, já não seria possível reverter para aquele exercício os impostos e taxas, pois violaria o princípio de confiança e estabilidade legal. Mais referiu que se houvesse uma candidatura, o FAM ter-se-ia de conformar com as tabelas de taxas em vigor. Aparentemente, o Gabinete do FAM obrigava o órgão proponente a considerar um vínculo que iria propor, para os exercícios seguintes, a aplicação de uma taxa de IMI de 0.5%. Contudo, poderia ser aprovada, ou não. Perguntou à Presidente da Câmara se tinha presumido que, apresentando aquele orçamento com uma taxa de IM de 0.4%, ficaria em condições de aplicar um orçamento estável para os anos subsequentes.-----

A Presidente da Câmara disse parecer-lhe que sim. Tinha esperança que houvesse alguma alteração, relativamente à questão do limite do IMI ou a apresentação de outro mecanismo que permitisse às Câmaras reestruturarem a dívida.-----

Luís Testa disse perceber que a maioria dos impostos pagos pelos portugueses não era para os municípios, mas eram para o erário público, alocados à despesa nacional. No entanto, salientou que Portalegre seria, provavelmente, um dos casos únicos em que os impostos e as taxas municipais não eram para reverter, em termos de prestação de serviços, aos municípios, mas sim para pagar dívida da qual os cidadãos não tinham responsabilidade nenhuma-----

A Presidente da Câmara disse que o executivo municipal permanente não estava de acordo com o valor do imposto em questão. O que ali estava vertido naquela proposta de ida ao FAM



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

era precisamente ter o IMI a 0,4% para a Câmara poder prestar mais serviços à população e não só para pagar mais dívida. As rubricas novas vertidas no documento apresentado eram em prol da qualidade de vida da população, para a autarquia ficar com alguma folga e poder investir na cidade.

Cristóvão Crespo disse que existia alguma desconfiança em relação às Grandes Opções do Plano e ao orçamento. O PSD foi, enquanto Grupo Municipal, o que tinha ido mais longe naquela manifestação de desconfiança em relação ao executivo e que aguentou até mais à frente o acompanhamento do Município. Afinal de contas, aquele era o penúltimo orçamento daquele mandato. Efetivamente, aquilo que se constatava era que, ao fim de todo aquele tempo, estavam a “navegar à vista”. Salientou o facto de terem conhecimento de situações, em termos de captação de investimento, que não foram tratadas como deveriam ter sido. Na sua opinião, as Grandes Opções do Plano eram um saco, com tudo o que era expectável metido lá dentro, mas a estratégia continuava a não existir. Um dos exemplos que considerou mais emblemático era a proposta para criação de uma creche do CCD do Município, quando todos sabiam que a Câmara não teve capacidade para socorrer uma creche do concelho, que estava com problemas financeiros. Perguntou se pretendiam abrir mais uma para concorrer com as que existiam e que já tinham problemas suficientes de sustentabilidade. Quanto à cooperação interinstitucional, entendia que não era estratégia mas sim uma obrigação que os serviços tinham. Por último, quanto à questão das águas referiu que, embora não estivesse ali refletido, sabia-se que a reestruturação daquele setor tinha tido um efeito positivo para o concelho, mas que nem foi quantificado. Também em relação ao papel do Conselho Municipal de Educação, parecia-lhe que não tem sido devidamente valorizado, nem mesmo um motor de participação nas questões importantes, naquela área. Em conclusão, o que as GOP lhes diziam, em termos de números, não casava com a realidade do concelho.-----

A Presidente da Câmara, relativamente à creche do CCD do Município, disse que já era um compromisso de há muito tempo. Contudo, na rubrica 2.3.4.2 também lá estava a outra creche contemplada. Referiu que se ainda não estava definido, foi porque as candidaturas ao Programa 20-20 ainda não tinham aberto e, daquele modo, não tinham possibilidade de colocar em orçamento. Os fundos comunitários estavam muito atrasados. Relativamente às águas informou que o valor em dívida era cerca de 4.655.000,00€ e aquilo que trouxe de benefício foi o facto de poderem baixar a água aos portalegrenses. Efetivamente a empresa das Águas do Norte Alentejano não deu lucro e ao terem sido assimilados pelas Águas de Vale do Tejo passou a ter. No entanto, a verdade era que estava nas mãos de privados e a Câmara de Portalegre também tinha dividendos que, até à data, nunca foram pagos pelas Águas do Norte Alentejano e que, por mais que a autarquia reclamasse, não lhes eram entregues.-----

Cristóvão Crespo referiu que a questão dos lucros e dos dividendos não se colocava nas águas, uma vez que têm dado prejuízo sistemático. Estavam pois a falar dos preços que se praticam. A Câmara comprava a água às Águas do Norte Alentejano a 0,6996€ e atualmente, as Águas de Lisboa e Vale do Tejo vendem-na a 0,5696, menos 13 cêntimos por metro cúbico. Também o saneamento era a 0,6863 e agora é a 0,5107€, menos 17 cêntimos. Portanto, eram 30 cêntimos a menos, na soma das duas prestações de serviços à população. Não era por acaso que nas GOP dizia que o setor estava confortável, uma vez que tinha uma “almofada” diferente da que tinha tido até então.-----

Hugo Capote disse que o processo de construção deste orçamento foi completamente diferente dos anteriores. Disse que tinham sido ouvido os vereadores da oposição, assim como os grupos parlamentares daquela Assembleia Municipal e que finalmente se cumpriu o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

estatuto da oposição. Portanto, todos os constrangimentos da autarquia foram apresentados e discutidas as soluções e estratégias que se iriam delinear para o executivo sair da situação atual. No entanto, apesar de ter existido uma postura diferente da Presidente do executivo, ainda não tinha sido possível chegar a um entendimento com a CDU, quanto às linhas de orientação e ao exercício em si, naquele orçamento. A CDU tinha consciência de que a redução da receita, atendendo às despesas fixas e aos encargos financeiros que a autarquia tinha, tornaria praticamente impossível apresentar um orçamento que correspondesse às expectativas dos eleitores. Provavelmente, até seria preferível os portalegrenses continuarem a ser governados por duodécimos. Salientou que a austeridade, a nível nacional, deu no que deu e a nível local iria continuar a resultar numa grande redução das poucas receitas já existentes e, implicitamente, da capacidade de reestruturar a dívida. Portanto, não havendo reestruturação e alguma folga para sair do buraco, as receitas vão pelo cano abaixo e ainda mais limitados serão os investimentos. Mais referiu que todo aquele exercício orçamental era uma obrigação que o executivo tinha, para o apresentar, mas era falso, devido aos constrangimentos que a Câmara tinha e a sua falta de estratégia. A CDU entendia que o executivo tinha recusado a estratégia no primeiro ano; tentaram construir outra, no segundo ano e foi chumbada e, atualmente, continuavam a apostar na mesma estratégia de reestruturação da dívida, independentemente dos moldes que fossem possíveis, mas era preciso ver que o governo mudou e iriam ter de esperar para ver o que o outro lado lhes oferecia de benéfico. Conforme foi dito anteriormente, aquele era o penúltimo exercício orçamental da CLIP e, portanto, a conclusão que se podia retirar era de que já tinham perdido dois anos, tal como o seu grupo também tinha perdido a confiança no atual executivo para gerir os destinos do Município de Portalegre, o que justificava o voto contra da CDU, nas GOP, Orçamento e Plano de Atividades.-----

Luís Testa disse que nas últimas semanas fez um esforço para tentar achar uma solução, dentro do quadro mental da Presidente da Câmara, na gestão do Município. Contudo, o PS e a CLIP tinham visões amplamente opostas naquela e noutras áreas. Portanto, não seria possível entendimento nas muitas coisas em que estavam em desacordo. Mesmo assim, disse ter tentado colocar-se ao serviço do supremo interesse do concelho. Verdade fosse dita em algumas coisas, o CLIP tinha progredido e tinha sido possível encontrar algumas pontes de acordo, mas o que não compreendia era o facto de a Presidente ter recebido, ao abrigo das reuniões que fez com os partidos, um caderno de encargos do PSD, que tinha sido quem aprovou os orçamentos anteriores, mas que não o tivesse sabido acompanhar. Mais referiu que gostaria de saber porque é que a Presidente da Câmara fechou a porta ao que o PSD tinha ali dito.-----

A Presidente da Câmara perguntou quais eram, explicitamente, as propostas do PSD. Referiu que esteve em sede de reunião com o PSD e aí não foram manifestadas.-----

Jorge Isidro felicitou a Presidente da Câmara por ter tido a amabilidade de, passados dois anos, ter dado ouvidos àquilo que os elementos daquela Assembleia Municipal lhe tinham dito, relativamente à partilha de opiniões e de ter também reunido com alguns partidos políticos, para auscultar as posições, assim como os contributos de cada um. Chegados àquela situação tão negra e com a dívida daquela dimensão, salientou que tal não tinha acontecido por acaso. Disse ser um claro defensor do planeamento, da estratégia e da análise rigorosa e, a seu ver, o cenário agora vivido foi precisamente por falta daqueles critérios. O funcionamento da autarquia, nos últimos anos, baseou-se na tomada de decisão por situações que surgiam no momento e, obviamente, que aquele tipo de comportamento não os conduziu a coisas boas. O executivo municipal mantinha apenas um conjunto de promessas e disse já não acreditar nas mesmas. Portanto, iria votar contra o orçamento ali apresentado.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Luís Testa voltou a questionar sobre quais eram, em tese, as linhas vermelhas da Presidente da Câmara. Mais disse que até aos dias de hoje, só ainda tinha ouvido uma razão para o PSD votar contra o orçamento, mas com a qual concordava e pela qual o PS iria também votar contra. No entanto, a Presidente da Câmara ainda não tinha dado resposta àquilo que eram as reivindicações genuínas e concretas do PSD.-----
-

A Presidente da Câmara disse que também só tinha ouvido uma reivindicação, que todos já conheciam e pela qual foi retirado o orçamento na última reunião. Portanto, se fosse mentira, preferia que ali fosse imediatamente desmentida.-----

Cristóvão Crespo disse que o executivo nunca poderia considerar que o PSD iria viabilizar os instrumentos em questão, daquela forma, ou melhor, não poderia ser viabilizador das soluções do executivo, porque nem tinha lá representação. A análise era feita em função das situações que ocorriam ao longo do mandato. Salientou que o membro Luís Testa tinha feito uma análise errada daquilo que eram as linhas vermelhas do PSD e a questão da creche era somente um exemplo. Existia outra questão paradigmática, que era a da Fundação Robinson e salientou a forma como o executivo seguiu e sustentou aquela Fundação. No entanto, havia uma informação que agora dizia o seguinte: “Da deliberação da Câmara de 02.04.12, que aprovou a consolidação das contas, resultou o apuramento de 438.000,00€ a favor da referida entidade e que o município nunca conseguiu honrar.”; portanto como o Município não tinha conseguido cumprir, a Fundação teria de encontrar soluções por ela própria. A seu ver, aquilo não era a estratégia apropriada e o executivo deveria ser mais consequente naquela questão.-

Artur Correia, relativamente à creche do Atalaião e enquanto Presidente da Comissão Administrativa do Centro onde a mesma funcionava, quis esclarecer que a aquela associação quando foi criada foi como jardim infantil e centro popular e que atravessou vários problemas do conhecimento geral. Contudo, estavam a tentar unir as duas associações e tinha esperança de que chegassem a “bom porto”. Reconhecia que a associação tinha tido diversas ajudas e que ainda no mandato do Presidente Mata Cáceres surgiu a possibilidade daquele infantário elaborar um protocolo com a Câmara Municipal, com vista a diminuir os custos a pagar pelas crianças dos funcionários da autarquia; além de que todas as instalações pertencem à Câmara. Portanto, foi entendimento comum de que seria uma mais-valia a união do CCD da Câmara com o Centro Popular e Recreativo de S. Cristóvão, em vez de se construir uma nova creche. Acrescentou que era benéfico para todos a criação de uma associação com mais valências, não só para os filhos dos funcionários camarários, como até mesmo a nível dos idosos.-----

Luís Testa salientou o facto de que o PS sempre teve o mesmo comportamento quanto a todos os orçamentos apresentados pela Câmara, quer em sede de Câmara, quer em sede da Assembleia Municipal. Também nunca se desviaram do seu objetivo de construir soluções consensuais. Também era verdade de que só há pouco tempo se tinha vislumbrado a necessidade de adotarem o PS como parte da solução em vez de parte do problema. No entanto, não podiam deixar em claro certos reptos sinceros, relativamente à tentativa de solucionarem um problema que merecia toda a atenção. A solução para um mau orçamento não era a de não haver orçamento, mas sim um melhor. Portanto, se o orçamento em questão não servia o concelho, o PS votava contra, na expectativa subsequente de verem construído um orçamento melhor. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 14 votos contra (8-PS, 3-CDU, 2-PSD e 1-Jorge Isidro), e 13 votos a favor (CLIP), em 27 presenças, não aprovar as Grandes Opções do Plano, Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal, para 2016.-----

Declaração de voto - PS (Luís Testa)

“Não é situação inédita, pois já no ano passado o Município viu o seu orçamento reprovado, o que é sempre uma altura de grande constrangimento.

As soluções não são absolutamente findas e há soluções que se têm de construir e que não se podem esgotar no momento em que se chumbam os orçamentos.

O Partido Socialista sempre esteve como estará disponível para, de futuro, poder ser parceiro para se encontrarem as melhores soluções para o concelho de Portalegre.

É claro que existem marcas muito vincadas, naquilo que são as visões que cada um tem do seu próprio concelho. Mas também há que ter a noção de que quem tem mais necessidade de ceder, relativamente àquilo que são as nossas propostas, é quem neste momento precisa de um orçamento para governar.

Nós estaremos disponíveis para ceder naquilo que é possível ceder e esperando, como é óbvio, que quem governa esteja de igual forma disponível para ceder também.”

Declaração de voto - PS (Manuel Carvalho)

“Votei contra este orçamento porque, apesar de aqui ter sido dito que ouve várias entidades que foram ouvidas pela Presidente da Câmara, a Junta de Freguesia de Fortios não foi ouvida na elaboração deste orçamento, o que já há alguns anos vem acontecendo.

A última vez que pediram foi em 2013, para o orçamento de 2014 e a partir daí nunca mais ligaram às Juntas de Freguesia.

Em face do que foi apresentado no orçamento, verifico que há várias situações em que existem freguesias que estão a ser beneficiadas em detrimento de outras. Há freguesias que têm três e quatro obras previstas, o que não quer dizer que se venham a realizar, mas a freguesia de Fortios, em três anos de orçamento, não tem uma única obra prevista.

Temos ruas em terra batida e não vejo nada no orçamento para os Fortios; temos ruas completamente esburacadas, há meses, outras há anos e sem que ao menos seja feita a remendagem. Portanto, há aqui outras freguesias com ETAR's, coletores de esgotos, etc. para serem feitos e a Junta de Freguesia dos Fortios, com uma ETAR planeada há vários anos mas que, neste mandato, nada está previsto para lá.

A freguesia dos Fortios também é uma freguesia deste concelho e, como tal, merecia ter neste orçamento alguma coisa, por pouco que fosse.

Daí que não podia ter outra opção senão votar contra este orçamento.”

Declaração de voto - Independente (Jorge Isidro)

“A Dr.^a Adelaide Teixeira apresentou um programa eleitoral a Portalegre com um conjunto de propostas que a maioria dos portalegrenses subscreveu.

Passados dois anos, estamos francamente piores. As políticas implementadas por V. Ex.^a contribuíram para a destruição do nosso concelho.

A senhora Presidente entendeu que sozinha resolvia os assuntos e, quando lhe perguntávamos qual era a estratégia para Portalegre, respondia que a estratégia era pagar a dívida.

O problema é que a estratégia necessita de estar acompanhada de um conjunto de medidas que contribuam para alcançar os objetivos a que nos propomos e a verdade é que essas medidas nunca surgiram.

A estratégia que V. Ex.^a defendia não passava de uma vontade, queria que acontecesse mas não fazia nada para o conseguir. Até que chegou o momento em que as coisas se complicaram, as receitas diminuíram e teve de reconhecer eu aquela estratégia estava errada, decidindo então optar pela estratégia do FAM.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Apresenta um orçamento e grandes opções do plano com base no FAM, que faz disparar os impostos e condiciona a autonomia do município.

Argumenta que a adesão ao FAM permite a manutenção da aposta em áreas que considera “chave” e que se impõem face ao presente contexto da cidade, do concelho e dos seus cidadãos. Promete apostar em políticas sociais, culturais, de desenvolvimento económico e mais um conjunto delas.

Pelos argumentos da senhora Presidente, o facto de recorrer ao FAM traz o paraíso para Portalegre.

Senhora Presidente, já assistimos a tudo isto antes, quando apresentou o seu programa eleitoral, cujas propostas convenceram os portalegrenses mas nunca saíram do papel.

Já não acredito nas promessas que faz, porque durante estes dois anos não cumpriu nada do que prometeu!

E agora, só porque recorreremos ao FAM, tudo se resolve? Acredita mesmo nisso?

Nestes dois anos de mandato ignorou os 2 princípios fundamentais para ter sucesso: a gestão rigorosa e responsável e a partilha de ideias. Limitou-se a fazer a gestão corrente do município.

A situação só não é pior porque V.^a Ex.^a tem ao seu dispor um conjunto de funcionários que se dedicam e empenham na resolução dos problemas.

Senhora Presidente, primeiro faz-se o trabalho de casa e só em último recurso devemos hipotecar Portalegre!

O FAM, por si só, não resolve os nossos problemas e este orçamento e grandes opções do plano também não.

Pelo exposto, voto contra!”

Declaração de voto - CLIP (Luís Alentejano)

“Ficámos mais uma vez espantados com o voto contra do PSD, porque houve dificuldade em elaborar aquele segundo orçamento, com o IMI a 0.4% e com o recurso ao FAM.

A Câmara Municipal de Portalegre tem uma grande dívida e grande parte dela foi contraída no tempo do PSD.

O PSD não fez parte da resolução do problema, mas está sim contra o problema.

Portanto, queríamos deixar bem claro que assim é impossível solucionar, pois o PSD não quer fazer parte da solução.”

3 - Plano de Atividades e Orçamento da Fundação Robinson para 2016. Para conhecimento;

- Deliberação de 23.12.15 -

Presente o Plano de Atividades e Orçamento da Fundação Robinson para 2016, a Assembleia Municipal, tomou dele conhecimento, com exceção de Rui Simplício, que saiu da sala.

4 - Plano de atividade e orçamento do Mercado Municipal de Portalegre para 2016. Para conhecimento.

- Deliberação de 23.12.15 -

Presente o **Plano de Atividades e Orçamento do Mercado Municipal de Portalegre para 2016**, Raúl Cordeiro, disse que eram uma perfeita inutilidade depois do chumbo do orçamento, pois aquele documento, tal como anterior, haviam sido elaborados com base no orçamento chumbado e o próprio orçamento da fundação Robinson tinha verbas que o orçamento da Câmara já não previa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A Presidente da Mesa em exercício disse que, juntamente com os documentos daquela sessão, tinham seguido outros em anexo, que deixava à consideração dos presentes para se incluírem, ou não, na ordem de trabalhos.-----

Luís Testa disse que deveriam ter ali uma metodologia que fosse condutora de toda a ação, naquela Assembleia Municipal. Embora não lhe parecesse bem a Assembleia ver-se confrontada com pontos, alguns dos quais com grande volume de discussão e de abordagem, que careciam de tempo de estudo e de análise que por isso não deveriam aceitar a sua introdução, havia contudo um ponto, o ponto 6, cuja discussão e deliberação era premente, porque tinha implicações financeiras, prazos a cumprir e também o objetivo de requerer visto do Tribunal de Contas. O Grupo Municipal do PS estaria assim na disposição de admitir à discussão e votação aquele ponto. Quanto aos demais, achava serem inoportunos e extemporâneos e deveriam ser incluídos numa reunião subsequente.-----

Hugo Capote pediu ajuda aos juristas presentes na sala, uma vez que o Regimento daquela Assembleia Municipal dizia especificamente, no n.º 7 do art.º 25.º, que nas sessões extraordinárias só poderia haver deliberações sobre as matérias constantes na convocatória. Mais disse que admitia que até poderiam, efetivamente, discutir ali um assunto premente cuja não inclusão pudesse trazer consequências nefastas para o concelho. Acrescentou que da lista que tinha visto, alguns dos assuntos eram merecedores de discussão, contudo não tinham recebido qualquer informação atempada, referente aos temas em questão.-----

A Presidente da Mesa informou que iriam fazer um intervalo para discutir a melhor solução.---

Após o intervalo, a Presidente da Mesa disse que não tinham chegado a um consenso. Portanto, iria deixar novamente à consideração de todos a introdução dos pontos. No entanto, tal introdução não era legal, nas reuniões extraordinárias, mas devido ao caráter de urgência poderiam fazer a introdução de um ponto (ponto 6 - saneamento financeiro). Solicitou aos membros que se pronunciassem.-----

Luís Testa disse que, salvo melhor opinião, lhe parecia que a solução seria a seguinte: a Presidente da Mesa colocaria à deliberação do plenário da Assembleia a introdução de novos pontos, ainda que se tratasse de uma reunião extraordinária. Caso algum dos elementos invocasse razão de lei para não acolher, não seria acolhido, mas se houvesse unanimidade na adoção de um novo ponto, parecia-lhe que o próprio plenário supria a ausência da forma. Contudo, ainda subsistia um risco de algum dos elementos que, não estando presentes, poder impugnar o resultado da introdução do ponto. Portanto, na sua opinião, não lhe parecia que assim viesse a acontecer e atendendo à urgência do ponto 6, se a Presidente colocasse à apreciação da Assembleia a introdução do mesmo, sem oposições, poderia ser apreciado. Por último disse que se viesse a ser impugnado, então teriam o mesmo resultado de não o terem incluído. Caso não o fosse, ganhariam dois meses.-----

A Presidente da Mesa disse que iria por à consideração dos membros presentes a inclusão do ponto n.º 6 - “Prorrogação do pagamento de prestação de capital e operação de empréstimo de saneamento financeiro”. Perguntou se alguém se opunha. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, em 27 presenças, aprovar a introdução do ponto em causa.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- “Prorrogação do pagamento de prestação de capital e operação de empréstimo de saneamento financeiro (BPI)”

Deliberação de 23.12.15

A Presidente da Câmara referiu que a Assembleia Municipal já tinha conhecimento de que havia uma tranche do saneamento financeiro cujo pagamento estava em falta e uma vez que não se podia reestruturar a dívida, no sentido de alargar o período de maturidade daquele saneamento financeiro, aquilo que foi feito foi propor ao banco a possibilidade de pagarem a tranche que estava em dívida e sem aumentarem o período de maturidade do saneamento financeiro, diluírem o seu pagamento ao longo dos anos em falta. Portanto, estava a falar em cerca de um milhão de euros, divididos por cinco anos, sem que houvesse um aumento do spread, o que daria 200.000€/ano, sem aumentar o tempo previsto para liquidar o referido saneamento financeiro. Por fim, salientou que o assunto teria de ir a Tribunal de Contas, visto estarem a tratar de um montante superior a 300.000€, além dos compromissos plurianuais e do facto de ter de haver uma adenda ao protocolo, feito na altura do saneamento financeiro. -----

Deliberação: a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 3 abstenções (2-PSD, 1-Jorge Isidro) e 24 votos a favor, em 27 presenças, aprovar a prorrogação do pagamento de prestação de capital e operação de empréstimo de saneamento financeiro.-----

Aprovação em minuta:

A Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada, por unanimidade dos 27 membros presentes na sala -----

Faltas: Diogo Júlio Serra. -----

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar foi, pela Presidente da Mesa, encerrada a 3.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal, eram 23.15 h, do dia 28 de dezembro do ano de 2015 e da mesma foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. ----